

OS POLÍTICOS DE ALDEIA

Eleições, negociações e prática política nas paróquias do Rio Grande do Sul (1868-1889)

*Jonas Moreira Vargas**

Resumo: Durante muito tempo a historiografia brasileira considerou que as eleições no Brasil Império constituíam-se em um espaço de participação reservado somente às elites. No entanto, novas pesquisas vêm demonstrando que além da ampla presença de setores médios e populares nos pleitos, a frequência com que os mesmos ocorriam era bastante significativa. Tal fenômeno político apresentava-se como o centro de uma série de disputas que envolviam desde os estancieiros nas paróquias mais distantes até os ministros e senadores na Corte. Para que os partidos e facções locais conquistassem os votos era necessário um metucioso e lento planejamento que envolvia diferentes agentes. Neste sentido, é importante destacar a intensa negociação entre candidatos, eleitores e chefes políticos, uma vez que compreender tais relações é demonstrar o que sustentava o sistema político imperial – este gigante aparentemente conhecido por fora, mas ainda pouco observado por dentro.

Palavras-chave: Eleições – Brasil Império – Rio Grande do Sul - Elites

Desde que a história das práticas políticas no Brasil Império deixou de investigar somente as instituições estatais, os partidos monárquicos, as biografias dos grandes líderes e as revoltas regenciais, novos temas vêm recebendo significativas análises e revelando consigo outros aspectos sociais que ajudam a compreender a própria formação do Estado Imperial. Neste sentido, os estudos sobre a dinâmica do processo eleitoral e da participação política das classes subalternas acabam somando-se a um campo de estudos cada vez mais complexo. Apesar de também ser um tema caro aos cientistas políticos e aos historiadores do primeiro grupo citado, o processo eleitoral tem apresentado um outro tipo de tratamento nos últimos anos. Ao invés da ênfase exclusiva nas fraudes, no voto de cabresto, na rotatividade dos partidos e na sua importância na manutenção dos gabinetes (dentro de uma perspectiva centralista do processo político), é possível demonstrar o papel das eleições na reprodução das hierarquias sociais e econômicas nas localidades rurais, onde possuíam diferentes significados para aqueles que delas participavam.

Ao deparar-se com o tema de forma original, Richard Graham demonstrou como o clientelismo permeava fortemente as relações políticas e sociais, evidenciando que as eleições apresentavam-se como um ritual de renovação e confirmação das alianças políticas locais. A partir do seu estudo é possível verificar o poder de influência dos líderes paroquiais dentro do sistema político, uma vez que, em última instância, eram eles que decidiam as eleições, fazendo com que o governo central ficasse fortemente vinculado e dependente dos conflitos faccionais que caracterizavam a política no interior dos municípios. A frequência com que as eleições eram realizadas ressaltava ainda mais esta relação. Votava-se seguidamente para eleitor, juiz de paz, vereador, deputado provincial, deputado geral e senador em um ou dois escrutínios. Antes de 1850, também votava-se para a oficialidade da Guarda Nacional. Em Alegrete, entre 1881 e 1888, por exemplo, os eleitores foram convocados 24 vezes para irem votar em diferentes cargos políticos, numa média de três vezes por ano.¹

Nas próximas páginas buscarei investigar mais ainda como funcionava a prática eleitoral, enfatizando que tipo de pactos e regras informais sustentavam os pleitos e como ocorriam as negociações prévias. Num estudo anterior examinei mais de perto duas fontes documentais praticamente desconsideradas pelos historiadores: as atas das eleições paroquiais e os processos judiciais de

* Mestre em História pela UFRGS.

¹ VARGAS, Jonas Moreira. *A utilização de novas fontes documentais para o estudo das eleições e das facções políticas no Brasil Imperial*. In: ROCHA, Márcia Medeiros da (org.). *Anais da IV Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

alistamento.² Na ocasião pude detectar que as camadas médias e populares participavam amplamente dos pleitos e que famílias rivais controlavam fortemente o processo, distribuindo os parentes nos postos-chave para a conquista dos votos. Além disso, eram elas que acabavam moldando o comportamento político nas paróquias e não os partidos políticos. No presente artigo darei ênfase a outras duas fontes: as cartas trocadas entre candidatos e estancieiros e o diário de campanha política de um deputado. Meu objetivo é continuar demonstrando a conexão entre dois espaços de poder distantes, com regras próprias, mas dependentes um do outro: o mundo da paróquia e o mundo da Corte.³

A insistência no tema se justifica pelo simples fato de que a participação política das elites regionais e o papel das mesmas na constituição e manutenção do sistema político imperial continuam sendo bastante desconsiderados. Teses que credenciam estes dois últimos fatores aos simples desígnios das elites do governo central são as mais aceitas. A idéia de que a construção do Estado Imperial, com suas conformações monárquicas, centralistas e escravistas, foi tarefa executada por uma “classe senhorial” saquarema formada por cafeicultores fluminenses ou por uma elite política imperial treinada e socializada em Portugal e aparentemente descolada da sociedade, negligenciam o papel ativo das elites provinciais ao longo deste mesmo processo.⁴ Novas pesquisas vêm demonstrando como os membros do governo central possuíam estreitas ligações com suas paróquias de origem e como os chefes políticos locais eram fundamentais dentro deste complexo sistema político.⁵ Portanto, o estudo das eleições ajuda a demonstrar como as elites provinciais detinham um significativo poder de intervenção na política imperial e que a governabilidade desejada pela Corte só se efetivava com a contribuição das facções aliadas na paróquia, num sistema rotativo e inseguro, onde as trocas de gabinete e os conflitos locais influenciavam um ao outro.

NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS ENTRE A CORTE E A PROVÍNCIA

Os discursos parlamentares são fontes imprescindíveis para o estudo da história política brasileira. Uma leitura atenta dos mesmos revela não apenas os principais conflitos políticos e econômicos entre os deputados e senadores, mas também aspectos sociais e culturais das sociedades das quais os mesmos faziam parte. No entanto, pode deixar-se enganar quem seguir cegamente as afirmações e denúncias envoltas por um jogo retórico próprio daquele universo oitocentista. Muitos discursos tiveram destaque nos parlamentos brasileiros. Dentre estes, o conhecidíssimo sorites de Nabuco de Araújo fez escola: “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Eis aí o sistema representativo do nosso País”.⁶ O efeito lógico desta frase seduz por si só e pode ter induzido às simplificações analíticas realizadas por vários historiadores. Sobrevalorizada por muitos, a idéia de que os ministérios é que controlavam os pleitos e por isso o partido no poder quase nunca perdia as eleições acabou ocultando quem de fato lutava para conquistar os votos nas paróquias. Na realidade, os ministros e os presidentes de província ao ocuparem seus cargos tinham em mãos o poder de remover e demitir funcionários, favorecendo as facções aliadas nas diferentes províncias. Mas, em contrapartida, ignora-se o fato de que os interesses destes chefes locais deviam ser atendidos para que as vontades da Corte fossem realizadas nas paróquias. Este diálogo era realizado sob um profundo processo de cooperação e conflito. Às vezes, as ligações familiares entre os dois níveis de poder ajudavam a solucionar as negociações. No entanto, o que deve ficar claro é que em última instância eram os fazendeiros locais que venciam as eleições e não os agentes do governo, uma vez

² VARGAS, Jonas Moreira. Op. Cit., 2006.

³ Para maiores detalhes ver VARGAS, Jonas Moreira. Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 2007.

⁴ Refiro-me respectivamente aos trabalhos de MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 1990 e CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Relume-Dumará, 1996.

⁵ GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997; DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005; MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005; VARGAS, Jonas Moreira. Op. Cit., 2007.

⁶ NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975, p. 663.

que os mesmos, além de não serem onipresentes, não possuíam poder para atingir de forma satisfatória as mais distantes localidades – como a região da campanha rio-grandense, por exemplo.

No processo eleitoral eram as famílias de elite, concentradas nas paróquias rurais, que se engalfinhavam na luta pelos votos. Famílias que muito antes dos partidos políticos serem criados e do sistema parlamentar ser adotado já tinham o domínio político e econômico em suas regiões. Famílias que tiveram de escolher um dos dois partidos políticos importados da Europa e passaram a participar de um sistema eleitoral bastante desconhecido por elas. Famílias que já guerreavam por riqueza, status e poder local e que apenas readequaram suas estratégias para continuarem influenciando na política paroquial. Famílias que lutaram ao lado dos farrapos, dos legalistas ou mantiveram-se neutras. Famílias que posicionaram-se politicamente em momentos de guerra, em períodos de crise econômica ou em grandes debates que marcaram o oitocentos e que não devem ter seus próprios projetos desconsiderados ou reduzidos a um simples reflexo do que se pensava sobre política no mundo da Corte. Portanto, o Imperador e seus ministros não podiam ignorá-las, pois precisavam delas. Anônimos e ocultados pela figura dos “grandes homens” eram estes “políticos de aldeia” – como definiu de forma pejorativa Sérgio da Costa Franco – que detinham o poder de mobilizar capangas, votantes e eleitores no dia dos pleitos.⁷

As negociações eleitorais entre o governo central e as demais regiões do Império davam-se por meio dos presidentes de província ou dos deputados gerais, senadores e ministros que encontravam-se representando suas províncias na Corte. Entretanto, creio que o papel dos presidentes de província neste processo é comumente sobrevalorizado. Indivíduos na sua maioria oriundos de outras partes do país, eles pouco ou nada conheciam do território que governavam. Dos 55 presidentes provinciais efetivamente nomeados para o Rio Grande do Sul, entre 1830 e 1889, apenas 10 (18,18%) eram rio-grandenses. Portanto, estes agentes do Executivo não tinham como remover e demitir estancieiros opositoristas dos seus cargos locais (como os oficiais da guarda nacional, por exemplo) substituindo-os por outros de uma facção aliada se não fossem assessorados por rio-grandenses que sempre rondavam o palácio na capital. Uma cadeia de intermediários que incluía os secretários do governo, altos oficiais militares, magistrados e líderes políticos que transitavam seguidamente por Porto Alegre, procurava imprimir seus pedidos ao chefe do palácio provincial. Este, por sua vez, devia escolher em quais intermediários ele investiria seus esforços para vencer as eleições nas localidades. Por isso a chegada de um presidente sempre provocava certa ansiedade, pois o cerco ao mesmo e a tempestade de solicitações políticas eram bastante concorridos. Em 1886, por exemplo, o liberal Joaquim Salgado escrevia para os correligionários do interior avisando da chegada do novo chefe palaciano: “Deve embarcar no dia 1.º de novembro o nosso presidente da Província – o Desembargador honorário Calmon. Dizem que é homem sério, justo e que vem com instruções do Imperador para por um paradeiro aos desmandos dos Barcelos, dos Lucenas e dos Deodoros”.⁸ Políticos estabelecidos em Porto Alegre, como Salgado, eram encarregados por manter os chefes paroquiais bem informados dos acontecimentos políticos da capital.

Neste sentido, a correspondência dos Ribeiro de Almeida, uma família de estancieiros de Alegrete, deixa claro a necessidade de aproximar-se dos presidentes para obter favores. Em janeiro de 1872, o Coronel Feliciano escreveu ao compadre Barão de São Borja comentando: “Logo que soube da chegada do Exmo Presidente, escrevi-lhe particularmente cumprimentando-o, fazendo os oferecimentos que me cumpriam quer no caráter de Comandante Superior, quer no particular, portanto já se vê que nessa parte adiantei o teu pensamento”.⁹ O Barão de São Borja era o comandante das Armas da província e ocupando seu cargo em Porto Alegre intermediava todos os pedidos dos seus familiares e aliados da região da campanha. Uma comunicação contínua era estritamente necessária. Sempre que houvesse uma troca na chefia dos cargos na capital e na Corte os estancieiros deviam ser informados para buscar o fortalecimento de sua facção local. Em maio do mesmo ano, por exemplo, Feliciano pedia ao Barão: “Logo que haja

⁷FRANCO, Sérgio da Costa. Julio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996, 4.a edição, p. 26.

⁸ Carta de Joaquim Pedro Salgado ao Barão de São Jacob. Porto Alegre, 21.10.1886. Arquivo Particular do Barão de São Jacob (AHRS).

⁹ Carta de Feliciano R. de Almeida ao Barão de São Borja. Uruguaiana, 04.01.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 1. ABSB – IHGB (Grifo nosso).

alteração no Ministro e Presidência, avise-me para saber com quem tenho de haver-me para as promoções e organizações dos corpos”.¹⁰ Ao saberem dos novos empossados os pedidos iniciavam:

Estou preparando uma relação dos oficiais de comissão que prestaram serviço na guerra, por remeter ao Exmo Sr. Presidente a fim de solicitar do Governo para eles os postos honorários, pois não posso, depois de terem eles prestado tanto e relevantes serviços como oficiais, considerá-los, segundo recebi as recomendações do Governo em diversos avisos, simples Guardas Nacionais.¹¹

Feliciano buscava agradar os aliados que haviam lutado com ele na Guerra do Paraguai a fim de não perder o seu apoio nas eleições. Quando o presidente assinava os decretos concedendo seus pedidos ou seus secretários escreviam para as paróquias declarando apoio às facções locais, os mesmos festejavam. Em junho de 1872, Severino Cunha comemorava a chegada das circulares e cartas do Presidente da Província e do Barão: “Aguardemos ansiosos a realização das medidas indicadas e solicitadas para que de todo fiquemos desassombrados. Tudo marcha desde já as mil maravilhas e foi geral o contentamento de nossos amigos com a leitura das cartas de V. Ex. e do Sr. Presidente”.¹² Severino Cunha era um parente do Barão de São Borja. Isto evidencia que as famílias procuravam agir de forma conjunta na intermediação de pedidos. Esta aproximação era tão importante que o Barão utilizou o próprio filho, o advogado Severino Ribeiro, para aproximar-se da filha do presidente a fim de estreitar ainda mais as suas redes com o palácio.¹³ O jovem bacharel também atendia ao pedido dos seus tios, como revela uma carta do coronel Feliciano instruindo como o sobrinho deveria agir em Porto Alegre: “Não falo ao Presidente da nomeação do Baldino porque conto que tanto você quanto seu pai tratarão disso”.¹⁴ Portanto, cabia ao presidente, sempre sob o aconselhamento de políticos rio-grandenses e de seus secretários, atender estes pedidos fortalecendo ou enfraquecendo as facções locais. Estes “conselheiros” pertenciam às mesmas redes de relações de outros rio-grandenses que ocupavam cargos na Corte como deputados gerais, senadores ou ministros, sendo que às vezes podiam ser as mesmas pessoas.

Durante os pleitos, os presidentes recebiam uma série de cartas informando sobre o andamento das eleições. Em agosto de 1878, de Rio Grande, Pio Ângelo escrevia: “Três terços aqui, no Povo Novo e S. José do Norte. Fizemos os dois eleitores de Tahim e a maioria do Estreito. Conto com tudo em Santa Vitória. Cumprimento a V. Ex.”.¹⁵ É bastante improvável que o presidente lesse todas as cartas que diariamente lhe eram remetidas. Mesmo que as lesse, ele não saberia quem eram todos os remetentes e muito menos sobre como era Povo Novo, São José do Norte, Tahim e Estreito, por exemplo. Na ocasião citada acima, o presidente que recebeu o telegrama era o senhor Américo Marcondes de Andrade, um advogado paulista. Pesquisando sua vida, foi possível identificar que o mesmo havia sido colega de faculdade de Gaspar Silveira Martins – rio-grandense que se encontrava no auge da carreira política e, nesta época, servia o Império como Ministro da Fazenda. Não é difícil supor que Américo era assessorado por Gaspar ou outros políticos de sua rede de relações. Além disso, o vice-presidente, o advogado Felisberto Pereira da Silva, que residia em Porto Alegre, também havia sido colega de ambos. Portanto, o presidente Américo estava cercado destes e de outros políticos liberais que certamente lhe orientavam sobre quem eram os chefes locais. A grande maioria destes “mediadores” entre a Província e a Corte, como Silveira Martins, quando ocupavam estes altos cargos não perdiam o contato com suas bases

¹⁰ Carta de Feliciano R. de Almeida ao Barão de São Borja. Alegrete, 01.05.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 2. ABSB – IHGB.

¹¹ Carta de Feliciano R. de Almeida ao Barão de São Borja. Uruguaiana, 04.01.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 1. ABSB – IHGB.

¹² Carta de Severino Cunha ao Barão de São Borja. Livramento, 22.06.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 5. ABSB – IHGB.

¹³ Em fevereiro de 1874, Severino Ribeiro, filho do Barão de São Borja, escrevia ao pai: “Remeto-lhes outrossim 2 retratos meus sendo de posição um pouco terna para a Ex^a Dona Amália e outra para Dona Isabelinha Dr. Carvalho de Moraes, a quem meu pai dirá que fica satisfeito o compromisso que tomei para com elas, fazendo ao mesmo tempo votos de elas imitem o meu exemplo”. A Isabelinha não era nada mais, nada menos, que a filha do Presidente da Província (Carta do Doutor Severino ao seu pai, Barão de São Borja. Pelotas, 20.02.1874. Lata 446, Pasta 53, Carta 1. ABSB – IHGB).

¹⁴ Carta de Feliciano R. de Almeida ao Barão de São Borja. Alegrete, 06.02.1874. Lata 446, Pasta 49, Carta 7. ABSB – IHGB.

¹⁵ Telegrama de Pio Ângelo ao presidente da Província. Rio Grande, 07.08.1878 – AHRS, Fundo Eleições, maço 3.

paroquiais como alguns autores defendem.¹⁶ Pelo contrário. A capacidade de estabelecerem esta conexão era um dos pré-requisitos necessários para que eles ocupassem tais cargos políticos.¹⁷ O próprio doutor Severino descrito anteriormente tornou-se um deputado geral, freqüentando a Corte sob a supervisão dos seus parentes distribuídos nas estâncias da campanha.¹⁸

Políticos da Corte, fossem rio-grandenses ou não, buscavam manterem-se informados sobre os conflitos no Rio Grande e indicarem candidatos preferidos aos eleitores. Em junho de 1872, por exemplo, o Visconde da Graça escrevia ao Barão de São Borja enviando notícias: “O Sr. Rio Branco acha-se por modo tal compenetrado do risco que corremos na próxima eleição que não só quer candidato o meu irmão, como autorizou-me a entender-me diretamente consigo”.¹⁹ Esta carta é bastante reveladora, pois mostra que o chefe do gabinete conservador, encastelado na Corte, queria o irmão do Visconde, charqueador pelotense, como candidato. A missiva também revela que para a concretização de tal proposta o Visconde deveria contar com o apoio do Barão de São Borja, importante chefe militar na campanha. Um outro exemplo pode ser dado na carta que Silveira Martins enviou ao general Osório em 1865. “Fui ao Rio; falei com os nossos amigos, e a grande conveniência é mandar liberais à Câmara; eu conto quase infalível o meu triunfo, mas V. Ex. sabe que nesses negócios não há certeza”.²⁰ Este trecho evidencia que, preocupado com sua carreira, o jovem Gaspar foi até a Corte buscar informar-se sobre a conjuntura política e as possibilidades de se eleger. Se bem costuradas, as redes de relações políticas dos rio-grandenses que ocupavam cargos no centro do país podiam manter-se mesmo quando os mesmos abandonavam tais cargos. Do Rio de Janeiro, o Visconde de Pelotas escrevia a sua esposa, deixando isto claro: “Não sei se te disse que o referido Ministro da Guerra mora neste mesmo hotel e, dando-se comigo, ouve-me sempre no que tem relação com o Exército”.²¹ Pelotas havia sido ministro da Guerra anos antes e sua influência sobre a elite política da Corte não havia se deteriorado. A nomeação de amigos para cargos públicos, a concessão de contratos, a aquisição de títulos de nobreza, favores e privilégios diversos, entre outros, funcionavam como moeda de troca entre o governo central e as elites provinciais. Neste sentido, as eleições constituíam-se no momento onde as alianças costuradas por meio destas relações eram testadas e renovadas.

Não é difícil supor que os presidentes da província, juntamente com os políticos que orbitavam o palácio, buscavam oferecer o poder nas paróquias para aqueles correligionários com maiores chances de vencer as eleições. Neste sentido, poucas famílias disputavam o topo do poder na aldeia. Como demonstrei em outros trabalhos, estes chefes paroquiais muitas vezes eram parentes próximos dos próprios políticos que circulavam pela capital e pela Corte.²² Estes proprietários de terras e escravos eram os responsáveis por sustentar esta estrutura, financiando os estudos daqueles políticos e elegendo-os ao parlamento. Em troca, exigiam recursos materiais e imateriais dos seus candidatos. Mas como somente o voto dos familiares não era suficiente, aqueles que queriam eleger-se a algum cargo parlamentar tinham que batalhar pela confiança de outras dezenas de estancieiros, num intrincado jogo de negociações...

¹⁶ Como, por exemplo, Kátia Mattoso, para qual “uma nomeação para o Senado libertava o político de qualquer laço com os meios políticos provinciais”. (MATTOSO, Kátia de Queirós. Bahia: Século XIX (Uma Província no Império). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p. 281).

¹⁷ VARGAS, Jonas Moreira. Op. Cit.

¹⁸ Quando o jovem doutor Severino estreou no parlamento, seu tio escreveu ao pai dele: “Felicito-te pela estréia do Severino: brioso, digno, dispondo de um talento robusto há de sempre sair-se bem nos cometimentos que empreender. Li o discurso dele a que te referes e a interpelação ao ministro do Império, à propósito da assembléia provincial desta província”. (Carta de Antônio Mâncio ao Barão de São Borja. Alegrete, 24.11.1876. Lata 446, pasta 62, carta 1. IHGB).

¹⁹ Carta de João Simões Lopes ao Barão de São Borja. Pelotas, 23.06.1872. ABSB. Lata 450, pasta 9, carta 6 – IHGB.

²⁰ Carta de Silveira Martins a Manoel Osório, 09.09.1865. (OSÓRIO, Fernando Luis. A Cidade de Pelotas. Pelotas: Tipografia do Diário Popular, 1922, p. 93).

²¹ Carta de 11.06.1884 in: CÂMARA, Rinaldo Pereira da. O Marechal Câmara: sua vida política. POA: IEL, v. III, 1979, p. 25).

²² VARGAS, Jonas Moreira. Op. Cit., 2007.

OS POLÍTICOS DE ALDEIA: ESTANCIEIROS, CANDIDATOS E ELEITORES NAS PARÓQUIAS

A análise de diversas cartas e do diário de campanha de um candidato à deputação geral nos oferece a possibilidade de compreender como se davam os trabalhos eleitorais meses antes dos pleitos e as negociações entre os candidatos, os eleitores e os líderes dos partidos. A primeira etapa das eleições era a qualificação dos votantes. Este processo envolvia diversas autoridades locais, cujos responsáveis eram escolhidos de acordo com a lei eleitoral vigente. Mas independente da lei, a facção que conseguisse cooptar o maior número de qualificadores detinha a maioria dos votantes. Os juizes de paz, os delegados de polícia e os eleitores mesários eram os principais envolvidos neste processo. Além disso, os padres possuíam um papel central nos pleitos, uma vez que as eleições eram realizadas dentro da igreja e eles estavam entre os responsáveis por identificar a identidade dos votantes. Até 1881, as eleições realizavam-se em dois turnos. Primeiro os votantes escolhiam os eleitores e num outro dia os eleitores votavam nos deputados e senadores. Geralmente, os eleitores eram os “notáveis” da paróquia. Estancieiros ricos, charqueadores, comerciantes, profissionais liberais e empregados públicos, dependendo da localidade. A qualificação também estava em suas mãos, o que significa dizer que possuíam importante controle sobre os votantes – indivíduos de renda menor, onde setores populares conseguiam fazer-se representar.

Estes mesmos eleitores, que nada mais eram do que uma parcela das elites da paróquia, além de deterem este poder de qualificar os votantes, eram procurados pelos candidatos e líderes dos partidos que desejavam seu apoio nas eleições. Portanto, eles possuíam uma influência sobre as camadas médias e populares e eram requisitados pelos chefes políticos mais importantes da província na fase que antecedia os pleitos. Após uma série de conflituosas negociações, que envolviam os líderes dos partidos, os pretendentes aos cargos eletivos e as elites paroquiais (dentre os quais estavam os eleitores), as chapas dos candidatos eram lançadas na imprensa e enviadas aos distritos municipais. Esta consulta era realizada por meio de centenas de cartas remetidas da Corte, de Porto Alegre e das próprias paróquias vizinhas aos estancieiros – principais arregimentadores de votantes. Em setembro de 1881, por exemplo, Ramiro Barcellos escreveu ao Barão de São Jacob, estancieiro e Comandante da Guarda Nacional de Cruz Alta: “Não tenho o prazer de conhecer pessoalmente V. S.^a, mas a muito tempo que estou acostumado a considerá-lo como um dos poucos filhos desta terra que tem sabido manter a legendária altivez de caráter e o acrisolado patriotismo de outras eras”. Após a apresentação inicial, o requerente disparava o pedido: “Apresento-me candidato pelo 6.º distrito em competência com o Dr. Felisberto Pereira da Silva (...) espero que prestará o seu valioso concurso para que eu consiga um lugar na representação nacional”.²³

Antigos conhecidos também procuravam o referido estancieiro para pedir seu apoio. Em setembro de 1879, o Visconde de Pelotas o escrevia: “Tive o prazer de receber sua carta de 8 deste mês, agradecendo-lhe cordialmente a prova que me dá de se não haver esquecido do camarada que tanto o apreciou na campanha do Paraguai”. O Visconde pleiteava uma cadeira senatorial e tinha no miliciano Barão um forte amparo no planalto serrano: “Sei que goza aí de legítima influência e que seu prestígio pode dar-nos em um futuro, que não estará longe, a vitória eleitoral nesse baluarte dos conservadores; assim, pois, não abandonem a qualificação, nem se deixem esbulhar sem protestos de seus direitos”.²⁴ Como a missiva deixa claro, o Barão era o responsável principal pela qualificação dos votantes. Mas nem sempre estas negociações políticas davam certas. Em uma carta da década de 1870, o Barão de São Borja escreveu a Israel Rodrigues Barcelos pedindo seu apoio nas eleições e não deve ter gostado da resposta que recebeu: “Estou arredado da infernal política: devo ter contigo a maior franqueza (...) lembra-te de que enquanto fui candidato, nunca te importunei, nem por mim nem por nenhum dos meus companheiros”.²⁵

Não era raro a busca da neutralidade por parte de alguns estancieiros. Entretanto, é importante deixar claro que muitos deles possuíam compromissos já firmados com candidatos certos e que muitas vezes tais alianças eram de longa data. Isto explica a dificuldade dos novatos na política em convencer o eleitorado. Em 1855, o jornalista Felipe Nery escrevia a Manuel Luís Osório pedindo votos para os candidatos do seu partido:

²³ Carta de Ramiro Barcellos ao Barão de São Jacob. Rio Jacuhy, 17.09.1881 (ABSJ-AHRS).

²⁴ Carta do Visconde de Pelotas ao Barão de São Jacob. Porto Alegre, 25.09.1879 (ABSJ-AHRS).

²⁵ Carta de Israel Rodrigues Barcellos ao Barão de São Borja. Pelotas, sem data. Carta 1, Pasta 42, Lata 446 (ABSB – IHGB).

Peço a V. Ex. para tomar sob sua especial proteção, além da deste seu criado, as candidaturas do Ubatuba, Caldre Fião, Abrahão dos Santos e Félix Xavier da Cunha. Os três primeiros sei que tem em V. Ex. um procurador nato; mas o quarto (Cunha) sendo-lhe menos conhecido, não merece menos o interesse de V. Ex. É muito talentoso, bom advogado e melhor poeta; é sumamente probo e denodado e o único defeito que lhe noto é puxar demasiado para um liberalismo exaltado próprio dos seus poucos anos.²⁶

Osório aceitou a candidatura de Félix, mas deixava claro que estava ficando difícil convencer outros estancieiros do mesmo. Em maio de 1860, ele dava satisfações ao jovem Félix:

Os influentes do distrito de Alegrete não me dão esperanças de sua eleição. O Mello, da Cruz Alta, respondeu-me que muito simpatiza com V. S., mas, que não podia servir-me, com pesar, por estar há muito comprometido com o Afonso Pereira (...) O Fernandes, que deve vencer em São Borja, e os Ribeiro, de Alegrete, são do Pinheiro, e creio que levam de suplente o Feliciano (...). O Canabarro diz-me que ele e seus amigos na maior parte simpatizam com V. S., mas, que não pode ser aceita a sua candidatura e que ele está ainda em minoria e vacilante entre a escolha de um dos três candidatos.²⁷

A carta ajuda a revelar que cada estancieiro, juntamente com seus amigos e parentes, possuía uma espécie de comprometimento pessoal com os deputados. Trocar de candidato podia ser visto como traição, mas isto não significa que tal procedimento não podia ocorrer. No caso de sentirem-se insatisfeitos com os deputados que ajudavam a eleger, os estancieiros não hesitavam em retirar-lhes seu apoio. Um episódio envolvendo o próprio Félix da Cunha deixa isto claro. Em abril de 1861, muitos estancieiros que ajudaram a eleger Félix queixaram-se a Osório que o jovem deputado não lhes respondia as cartas e pedidos, o que obrigou o político a dar satisfações:

Notei, não sei se com razão, que V. Ex. tratando-me de um modo mais sério do que costuma, quis me fazer sentir o seu ressentimento por falta de cartas minhas. Essa falta eu não a nego. Porém se V. Ex. me não conhece teria ocasião para ofender-se, mas, sabendo o quanto lhe devo, e quanto o amo e considero, não deveria aumentar em mim a dor que me causa essa falta, com a dor de o supor molestado (...). Estou em falta com todos os nossos amigos. E sempre receei que acontecesse o que está acontecendo, que me interpretasse mal, e julgassem da minha gratidão e amizade pelos terríveis indícios de um silêncio que a ninguém é mais doloroso do que a mim. Espero pois que V. Ex. não só me desculpará, como ainda servirá de meu advogado contra as queixas de nossos amigos.²⁸

Tal erro não foi perdoado pelos eleitores e Félix da Cunha nunca mais foi eleito à Câmara dos Deputados. Estas cobranças eram correntes, porque envolviam confiança e lealdade entre políticos e estancieiros. Quando um pedido era recusado ou uma carta não respondida, os acordos implícitos pareciam estas sendo quebrados. Neste sentido, deputados e senadores eram sempre devedores, uma vez que nunca chegavam sozinhos aos altos cargos políticos. Em novembro de 1849, por exemplo, o deputado Cruz Secco escrevia a Manuel Osório: “De muito bom grado abracei todas as suas bem pensadas e justiceiras indicações no bem do nosso país e patrícios, etc., etc. Na Câmara farei quanto em mim couber para ver realizadas as suas e as minhas esperanças e ali aguardo todas as ordens e qualquer benéfica intervenção que lhe ocorra (...)”.²⁹ O não cumprimento das promessas podia desencadear muitos conflitos, sendo o fim do pacto entre ambos uma consequência dos mesmos.

Um outro exemplo envolve o deputado alegretense Severino Ribeiro. Em dezembro de 1876, o estancieiro João Borges Fortes, escreveu ao pai do político pedindo satisfações da postura do filho que ele ajudou a eleger: “O nosso deputado Dr. Severino foi muito preguiçoso; não me quis escrever e desse

²⁶ Carta de Felipe Nery a Manuel Osório, Porto Alegre, novembro de 1855 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., 573-574)

²⁷ Carta de Manoel Osório a Félix da Cunha. Bagé, 02.05.1860. (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 666-667).

²⁸ Carta de Félix da Cunha a Manoel Osório. Rio Grande, 20.04.1861. (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 671).

²⁹ Carta de Joaquim José da Cruz Secco a Manoel Luis Osório. 23.11.1849 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. cit., p. 451).

modo continuo a viver nas trevas. Tenho a fundada esperança que ele mostrará aos incrédulos que irá desempenhar o seu mandato com o provimento da Província e que lhe será muito útil”.³⁰ A carta também revela que o estancieiro não via apenas no deputado um canal de possível conexão com o mundo da Corte, mas, sobretudo, na família.

Este comportamento dos deputados ajuda a explicar a desconfiança dos estancieiros-eleitores – homens que controlavam a qualificação eleitoral nas suas paróquias. Por isso, as negociações demoravam meses e centenas de cartas e telegramas eram gastos neste processo. O procedimento de composição das chapas envolvia os chefes máximos dos partidos (geralmente senadores e deputados gerais) e o diálogo destes com os dos municípios. Em 1879, por exemplo, o general Osório (ministro da Guerra na ocasião) telegrafava da Corte consultando os chefes paroquiais sobre a composição da chapa para o Senado: “Peço a V. S.^a licença para expender minha opinião a respeito da chapa que se deve organizar (...) Estimarei que esta minha opinião mereça a aprovação de V. S.^a e de nossos amigos”.³¹ Uma vez na Corte como ministro não é difícil de se supor que Osório mantinha intenso contato com outros colegas de gabinete, além de dialogarem sobre os prováveis candidatos de sua província. Nesta ocasião, Osório deve ter optado pelo Visconde de Pelotas em detrimento de Silveira Martins – com quem vinha mantendo sérias contendas políticas. O primeiro acabou sendo escolhido senador pelo Imperador na lista tríplice, revelando o poder de articulação do velho general.

Outras vezes, quando havia vagas a serem negociadas, os principais líderes dos partidos convidavam importantes chefes locais para comporem as chapas na deputação provincial. Em outubro de 1855, o mesmo general Osório, na ocasião apenas brigadeiro, era convidado para candidatar-se:

Na lista inclusa, achará V. Ex. os nomes dos candidatos que eu e os meus companheiros políticos escolhemos para com eles reconstituir a nova Assembléia, fazendo com que ali sejam representadas não só as classes principais, porém, igualmente, as mais importantes localidades da Província. O nome de V. Ex. representa a classe do Exército e um importante Município, para cuja prosperidade tanto se tem interessado.³²

Só após terem sido feitos todos os acordos entre os principais chefes políticos, as chapas eram organizadas e divulgadas. Portanto, os candidatos só assumiam suas candidaturas após serem aprovados por estes estancieiros. A próxima etapa seria conseguir a confiança dos outros eleitores das paróquias. Em maio de 1881, por exemplo, o advogado Antônio Antunes Ribas escrevia ao Barão de São Jacob deixando bastante claro o funcionamento deste processo:

Sou, como sabe, candidato por esse 2.º distrito, por isso peço que quanto antes consulte aos nossos amigos daí e da Palmeira para que digam se aceitam ou não a minha candidatura. Tenho urgência na resposta e sem ela não me apresentarei pela imprensa.guardo sua contestação. Depois que eu publicar o meu manifesto tenciono ir correr o círculo (...). Hoje, mais que nunca careço do seu valioso auxílio.³³

O pedido do advogado Ribas visava às eleições para a Câmara dos Deputados onde o mesmo acabou sendo eleito. Portanto, após terem garantidos os apoios dos principais líderes locais, como o Barão de São Jacob, os candidatos lançavam seus nomes na imprensa e corriam o círculo, ou seja, iam pessoalmente palestrar com os eleitores das paróquias do interior. Anúncios e pedidos de voto nos jornais da Corte nos ajudam a demonstrar como funcionava este “mercado” eleitoral. Eis um pedido típico:

Tendo o meu obscuro nome sido incluído no n.º dos candidatos a deputação provincial do Partido Conservador, a que pertenço, venho solicitar a generosa proteção do brioso corpo eleitoral a favor da minha candidatura. Na falta quase

³⁰ Carta de Borges Fortes. São Gabriel, 26.12.1876. Lata 446, pasta 61, carta 1 (ABSB-IHGB).

³¹ Carta do Marquês do Herval ao Barão de São Jacob. Rio de Janeiro, 11.09.1879 (ABSJ-AHRS).

³² Carta de Luís Bello a Manuel Osório, Porto Alegre, 15.10.1855 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 572-573).

³³ Carta de Antônio Antunes Ribas ao Barão de São Jacob. Porto Alegre, 19.05.1881 (ABSJ-AHRS).

absoluta de títulos que me recomendem, só tenho a exhibir em prol de minha aspiração alguns pequenos serviços que tenho consciência haver prestado nos três biênios consecutivos em que ocupei uma cadeira na Assembléa Provincial (...). Não apresento programa e nem mesmo comprometer-me posso a fazer que sejam convertidas em leis as medidas reclamadas ao engrandecimento de nossa província em que nasci e tenho residência e os anais legislativos estão aí para atestar a minha constante adesão aos projetos de utilidade pública sem reparar de que bancadas partiram eles, pois entendo que quando trata-se do bem comum devemos sofrer as paixões políticas. Não podendo, por motivos estranhos à minha vontade, dirigir-me a cada um dos srs. Eleitores, sirvo-me deste meio para pedir-lhes que nos últimos lugares de suas listas escrevam o meu nome, e espero em Deus que lhes não darei ocasião de arrepender-se deste ato de benevolência.³⁴

Paralelamente ao lançamento das candidaturas na imprensa, os candidatos procuravam o encontro pessoal com os eleitores. Estas palestras eram fundamentais para reforçar as possíveis redes sociais e trocas de favores. Um diário escrito por um candidato em 1856 ajuda a revelar tais procedimentos. Luis Alves de Oliveira Bello relatou a sua saída de Porto Alegre em direção à Uruguaiana, na fronteira com os países platinos, pedindo votos para os principais fazendeiros do norte da Província. Basta declarar que o candidato, ao final desta “excursão eleitoral” – como ele chamou – elegeu-se um dos seis deputados gerais, demonstrando a eficácia da viagem.³⁵

Em resumo, no Diário Luis Bello relata todos os lugares por onde passou, os fazendeiros que visitou e os locais onde pernoitou, entre outros detalhes. Quando se estabelecia em uma casa, recebia muitas visitas das autoridades locais e dos párocos e, às vezes, saía a pé passeando pelas vilas para conhecer os eleitores. Em Cachoeira, por exemplo, o Coronel Portinho deu muitas cartas de recomendação para ele levar aos locais por onde iria continuar a excursão, além de alguns cavalos para o longo percurso, enquanto suas esposas lhe presenteavam com doces para a viagem. Em troca, Luis Bello prometia reformar as capelas, os cemitérios e ouvia todas as queixas destas pessoas. Muitas delas faziam parte da referida elite paroquial, ou seja, a minoria que encabeçava as facções locais, organizava a qualificação de votantes e ocupava as mesas no dia dos pleitos.

Também é interessante perceber que as recomendações muitas vezes eram feitas a parentes que moravam em municípios vizinhos. Um padre recomendou a casa de uma irmã num outro município e Bello aceitou o convite. O cunhado de Antônio Pinheiro Machado o acompanhou em Cruz Alta, indicando a casa de outro cunhado do referido político para que Bello passasse a noite. O Coronel Portinho indicou a casa do seu pai, “um velho de numerosa família”, para onde Bello se deslocou. Os estancieiros escreviam-se avisando sobre a visita e pedindo cavalos para o candidato seguir a viagem, revelando uma prática que já devia ocorrer em épocas não eleitorais. No dia 26 de Agosto, por exemplo, Bello chegou na fazenda de Francisco de Castilhos, homem de bastante fortuna, que lhe passou alguns cavalos do Portinho que há algum tempo estavam na sua fazenda.

O alto grau de parentesco entre os habitantes das pequenas paróquias também merece ser destacado. Cunhados, primos, filhos, genros, sogros e tios conviviam com Bello, demonstrando como estas elites paroquiais estavam amplamente interligadas por parentesco, onde ricos estancieiros constituíam-se no núcleo destas ligações. Neste sentido, os comentários que o candidato faz no seu diário também são reveladores do papel destes chefes de extensas famílias e da importância do seu apoio nas eleições: o Coronel Valença, “homem mais influente deste lugar”, Antônio Vicente da Fontoura, “pessoa de minha amizade e de primeira influência no lugar”, o Subdelegado, “pessoa muito influente”, entre outros.

³⁴ Pedido de João Batista Pinto ao eleitorado de Minas Gerais. Impresso no Jornal do Commercio. Rio de Janeiro. 16.01.1878, p. 3. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

³⁵ Diário de uma excursão eleitoral feita pelo Dr. Luis Alves de Oliveira Bello ao deixar a presidência da província do Rio Grande do Sul afim de candidatar-se para deputação geral – agosto de 1856 in: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IHRGS. Ano XX, III Trimestre, n. 79, setembro de 1949.

Em São Borja, Bello acompanhou as eleições para juiz de paz e vereador anotando no seu diário que havia “muita gente na vila”. Ainda em São Borja, Bello foi assistir a uma parada do então Brigadeiro Manuel Luiz Osório que comandava 600 homens. Nesta ocasião, recebeu a visita do tabelião, do juiz de paz, do padre e de outras autoridades paroquiais. Após frequentar um baile, pernoitou na casa de Osório e ouviu muitas queixas da população com relação ao atraso e a precariedade do serviço dos correios. Em Cruz Alta, Bello também hospedou-se na casa do sogro do estancieiro Diniz Dias. Ali recebeu visitas dos líderes de Passo Fundo que lhe asseguram a sua vitória naquela localidade. Muitos estancieiros garantiram apoio ao candidato, como Francisco de Paula e Silva, futuro Barão de Ibicuí, que sobre a sua candidatura, “assegurou que ela é abraçada em todo o município”. Em Uruguaiana, Bello foi recebido com foguetes pelo presidente da Câmara, Feliciano Ribeiro de Almeida, de família bastante prestigiosa na região da campanha.

Entretanto, nem tudo era pacífico na viagem de Bello. Em Itaqui, ele enfrentou dificuldades. O viajante identificou duas facções na pequena “aldeia”: a do Coronel Lago e a dos irmãos Loureiro e concluiu: “Se vencer o partido do Coronel Lago, eu terei sem dúvida os votos todos; se vencer, porém, o partido dos senhores Loureiros, não serei tão feliz: obterei quanto muito a maioria”. Acreditava Bello que suas “relações de amizade” com Osório e Lago causariam a perda da “confiança de alguns membros do outro partido”. Antes de ir embora da cidade, Bello escreveu: “Depois de algumas ligeiras explicações com o Tenente Coronel Ferz, e de haver conversado com todos os outros; depois em fim de me haverem comunicado, e compreendido melhor, todos estes homens mostraram-se e confessaram-se dispostos a apoiarem a minha candidatura. Creio que não me faltarão”. Esta última frase não expressa uma total confiança de Bello e deixa claro que era preciso desconfiar de todos. Além disso, fica evidente que as facções paroquiais confundiam-se com as famílias, como os Lago e os Loureiro, por exemplo.

Numa etapa posterior, os estancieiros tinham que cumprir com as suas promessas e honrar seus compromissos com os candidatos. O processo de qualificação e os dias em que as eleições aconteciam eram o grande teste para estes homens. Isto justifica todas as tramas e violências empregadas ao longo do processo. Inúmeras cartas ajudam a demonstrar este empenho. Em março de 1860, Osório alertava Félix da Cunha: “asseste suas *baterias* sobre o distrito de Alegrete, que sobre ele vou já começar o meu *tiroteio*. Dirija-se aos seus amigos sobre a sua candidatura por lá. Eu farei o mesmo”.³⁶ Na mesma época, Bello pedia a Osório: “Releve, portanto, V. Ex. que eu lhe peça toda a sua cooperação, não só aí, como nos outros colégios onde haja tempo de chegarem as suas recomendações. O Barão de Jacuí já para lá foi com o fim de trabalhar contra nós”.³⁷

As tarefas eleitorais mobilizavam não somente estes líderes como também as suas famílias. Numa carta bastante interessante, um coronel alegretense relata a chegada de um parente que, sabendo dos trabalhos eleitorais, correu para ajudá-los: “Ia me esquecendo dizer-te que nosso parente e amigo Constantino que chegou o mês passado do Paraguai se acha hoje aqui entre nós. Está muito moço, gordo e forte e já como sempre empenhado nas eleições convosco”.³⁸ Portanto, a qualificação, ou seja, o processo pelo qual era elaborada a lista dos votantes autorizados a participar das eleições no primeiro turno, estava sob o domínio de uma parcela das elites paroquiais. Muitas vezes, tais tarefas coletivas só obtinham sucesso quando o presidente garantia o preenchimento dos cargos solicitados pelas facções que ele apoiava. A não nomeação ou um conflito entre o palácio e a aldeia, gerava uma crise de grandes proporções nestas localidades.

Podemos encontrar um exemplo disso em Alegrete, nas diversas cartas trocadas entre os familiares do Barão de São Borja. Em maio de 1872, Severino Cunha reclamava que a demora nas aprovações dos comandos dos corpos da Guarda Nacional e a demissão do delegado de polícia de Uruguaiana “nos tem sobremodo desgostado, colocando-nos em graves embaraços de que se tem aproveitado os adversários da situação para tirar partido, propalando de falazes as esperanças de tais

³⁶ Carta de Manuel Osório a Félix da Cunha, Bagé, março de 1860 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 663-669, grifos no original).

³⁷ Carta de Luis Bello a Manuel Osório, Porto Alegre, 15.10.1855 (OSÓRIO, Fernando Luís. Op. Cit., p. 572-573).

³⁸ Carta de Feliciano R. de Almeida ao Barão de São Borja. Alegrete, 20.06.1872. Lata 446, Pasta 39, Carta 6. ABSB – IHGB.

Comandos, cuja demora, aliás confirma esses boatos”. As notícias correntes eram de que os Ribeiro de Almeida prometiam coisas que não podiam cumprir, ou seja, reivindicavam um poder que não eram capazes de sustentar. Após relatar estes acontecimentos, Severino Cunha prosseguiu: “Alguns de nossos amigos que até aqui nos haviam apoiado descontentes com tal procedimento se tem retirado ao silêncio, esgueirando-se de servir a um Governo que parece negar sua confiança e apoio a quem com mais lealdade o tem sustentado perante as urnas”.³⁹

O compromisso que a família havia firmado ao longo das campanhas eleitorais precisava ser mantido. Tais desavenças podiam provocar um deslocamento de um grupo de eleitores para apoiar uma outra facção adversária, o que de fato acabou ocorrendo, conforme as informações dadas pelo mesmo remetente: “Outros se julgam desligados de todo o compromisso pela idéia que fazem de que mais nada tem a esperar de nós a quem julgam desprestigiados e vão engrossar a falange que se levanta capitaneada por um vulto novo nas lides da Política”. Severino referia-se ao general Vasco Alves que, descontente com a família Ribeiro de Almeida, liderou uma dissidência dentro do Partido Conservador alagoense, tornando-se, posteriormente, chefe do Liberal. A demora no preenchimento dos cargos pretendidos por Severino enfraquecia cada vez mais a facção: “O procedimento do governo quer geral, quer provincial, nos tem obrigado pelas razões que ficam ditos e conservam-nos em completa inação, com a qual ganham terreno os adversários que trabalham, aproveitando o justo desgosto que reina em nossas fileiras”.⁴⁰

Portanto, a aquisição destes cargos paroquiais era bastante importante. Com eles era possível cooptar outros estancieiros, recrutar e prender os votantes adversários, isentar de serviço os aliados, entre outros.⁴¹ O amplo número de votantes e de pleitos exigia um controle eficaz por parte dos líderes políticos. Ao examinar os votos dados pelos eleitores que chegavam atrasados (eles eram contados separadamente) pude constatar que muitas vezes os mesmos escolhiam candidatos de partidos diferentes, o que revela certa liberdade de escolha ou mesmo estratégia dos eleitores para inserir-se em mais de uma rede política. Além disso, a análise das atas eleitorais revela que tal procedimento não possuía nada de incomum.⁴² Pode-se supor que estes eleitores possuíam uma relativa autonomia para votar, podendo não seguir estritamente as chapas espalhadas pelas paróquias ou divulgadas pelos partidos na imprensa, mas sim, aqueles candidatos e famílias em que os mesmos estabeleciam um tipo de aliança eleitoral ou escolhiam por admiração pessoal. É possível dizer que os mesmos podiam trocar de candidato às vésperas das eleições dependendo da intensidade de suas alianças. Nas paróquias, as famílias eram os principais orientadores políticos e não os partidos com suas ideologias pouco claras – ao menos para os chefes locais. Os programas partidários eram muito mais valorizados nos centros urbanos e mesmo assim eram bastante ocultados pelas questões familiares.⁴³ Esta margem de escolha dos eleitores certamente preocupava os candidatos e os chefes partidários, que desejavam obter um controle absoluto sobre os eleitores e afastar a massa pobre dos pleitos. Isto também ajuda a justificar a violência empregada nas eleições.

Em Jaguarão, por exemplo, nas vésperas dos pleitos, um juiz de paz escreveu ao presidente da Província pedindo reforço policial contra “uma turma de homens da classe proletária, inclusive grande parte, a que se lhe não conhece ocupação alguma, vagando há mais de cinco meses acintosamente as ruas da cidade”.⁴⁴ Por isso, toda e qualquer estratégia era tentada para se vencer estas disputas. Em Estreito, foi “com o maior constrangimento” que a mesa paroquial escreveu ao presidente da Província dizendo que alguns homens entraram de madrugada na Igreja, levando a urna pela torre.⁴⁵ Em Conceição do Arroio, uma cédula trazia escrita a palavra “Tavares” sem que uma das letras “a” fosse fechada totalmente. Tal

³⁹ Carta de Severino Cunha ao Barão de São Borja. Livramento, 15.05.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 4. ABSB – IHGB.

⁴⁰ Carta de Severino Cunha. Livramento, 15.05.1872. Lata 446, Pasta 37, Carta 4. ABSB – IHGB.

⁴¹ FERTIG, André Atila. Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873). Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-História, UFRGS, 2003.

⁴² VARGAS, Jonas Moreira. Op. Cit., 2007, Capítulo 2.

⁴³ Como bem demonstram Graham, Richard. Op Cit. e MARTINS, Maria Fernanda. Op. Cit.

⁴⁴ Carta de 06.01.1861, Jaguarão, Fundo Eleições, maço 2, AHRS.

⁴⁵ Carta de 08.07.1872, Estreito, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

“descuido” do eleitor já foi o suficiente para que uma facção paralisasse tudo e, sob protestos, pedisse para que o voto fosse anulado ou contado em separado.⁴⁶

No entanto, nem todas estas manifestações eram pacíficas. Uma seqüência de telegramas dos chefes políticos de Pelotas com o presidente da Província, em 1878, revela toda a violência empregada nestas ocasiões. Primeiramente, o médico e deputado João Campello alertava: “Conflito na Igreja. Dr. Barcellos e Dr. Mendonça mandaram capangas assassinar os nossos amigos da mesa. Dr. Arruda ferido levemente, muitos de nossos amigos feridos. A urna foi salva, está guardada em caixa forte. Peço providências à V^a Exc^a contra os mandatários do atentado de hoje”.⁴⁷ No mesmo dia, o Dr. França Mascarenhas informava: “Triunfo liberal, conservadores completamente derrotados na urna, provocaram conflito a mão armada. Comandante do destacamento seriamente ferido, quatro praças feridos e uma morta e alguns cidadãos feridos. A ordem quase estabelecida”.⁴⁸ A guerra continuava, a tensão tomava conta de todos e Campello telegrafava novamente:

Os assassinos de ontem acoitaram-se em casa do Dr. Barcellos, onde há preparada resistência armada. A eleição continua regular. Temos 300 votos de vantagem. No 2º distrito fizemos 3/3. No 3º distrito ganhamos com 20 votos. Morreu um policial no conflito de ontem. O Comandante Cordeiro ferido gravemente pelos capangas de Barcellos. Escapei de 6 tiros e de uma punhalada. Havia ordem de me assassinar. O Arruda recebeu uma bala no ventre, que felizmente não penetrou por ter encontrado uma moeda no bolso do colete. Há mais 6 liberais feridos levemente. Estou doente de tanto gritar.⁴⁹

A vitória nas eleições simbolizava a consagração de uma facção sobre a outra. O resultado final era comemorado com muita festa, como descreveu Aquiles Porto Alegre: “Toda a cidade se movimentava. As ruas enchiam-se de gente. Depois vinham as manifestações de regozijo, e uma eleição ganha era festejada dias e dias com banquetes e rega-bofes, conforme a espera onde se fazia a festa”. Até mesmo os votantes e os capangas compartilhavam do ritual: “Muitos indivíduos pobres eram nesses dias vestidos da cabeça... aos pés pelos “trunfos” eleitorais e outros ricos, mas “forretas”, só tiravam da área a roupa de ver a Deus – para irem votar”.⁵⁰

Portanto, a conquista eleitoral revelava a renovação da aliança de um chefe paroquial com os governantes centrais que haviam atendido os seus pedidos de nomeação de cargos e com a sua clientela local – por tê-lo apoiado e votado nos seus candidatos. Tal relação estava bastante condicionada pelo pertencimento deste líder (com sua família e outros aliados) ao partido no poder (na Corte e em Porto Alegre). No entanto, tal lógica não estruturava a relação deste líder local com os seus eleitores paroquianos que, como demonstreí, podiam trocar de lado e de candidato conforme o que lhe era dado em troca. Neste sentido, a tentativa de cooptar estes eleitores para sua facção ou reafirmar os vínculos políticos com aqueles que já eram aliados ocorria na próxima eleição, quando as cartas eram novamente postas na mesa e todo o processo se reiniciava. Neste ínterim, a troca dos partidos e dos presidentes de província na Corte e na capital podia alterar os rumos das negociações e isto explica a incessante busca por informações segurar vindas destes centros. A vitória nas eleições também convertia status às famílias vitoriosas e ajudava a reproduzir a desigualdade social que caracteriza estas localidades. Bens materiais e imateriais eram captados mais facilmente. As redes sociais se estendiam e as alianças floresciam com maior rapidez. No entanto, a derrota eleitoral podia inverter tais situações e provocar a ruína dos que um dia estiveram no topo e elevar ao topo os que um dia estiveram no limbo. Todas estas articulações eram feitas distantes dos olhos do governo provincial e da Corte que, para terem uma maioria parlamentar favorável, deviam ceder e negociar com estes políticos de aldeia... anônimos, mas fundamentais para que as engrenagens do sistema político imperial continuassem funcionando.

⁴⁶ Carta de 01.09.1876, Conceição do Arroio, Fundo Eleições, maço 1, AHRS.

⁴⁷ Telegrama de 06.08.1878, Pelotas, Fundo Eleições, maço 2, AHRS.

⁴⁸ Telegrama de 06.08.1878, Pelotas, Fundo Eleições, maço 2, AHRS.

⁴⁹ Telegrama de 07.08.1878, Pelotas, Fundo Eleições, maço 2, AHRS.

⁵⁰ PORTO ALEGRE, Aquiles. *História Popular de Porto Alegre*. Porto Alegre: Unidade Editorial, 1994, p. 65-66.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, José Murilo de. A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial. 2.^a ed. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/ Relume-Dumará, 1996.
- DOLHNIKOFF, Miriam. O pacto imperial: origens no federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.
- FERTIG, André Atila. Clientelismo político em tempos belicosos: a Guarda Nacional da Província do Rio Grande do Sul na defesa do Estado Imperial centralizado (1850-1873). Tese de Doutorado. Porto Alegre: PPG-História, UFRGS, 2003.
- FRANCO, Sérgio da Costa. Julio de Castilhos e sua época. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.
- GRAHAM, Richard. Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese de Doutorado apresentada ao PPG em História Social do IFCS-UFRJ, 2005.
- MATTOS, Ilmar R. de. O Tempo Saquarema: a Formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. Bahia: Século XIX (Uma Província no Império). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.
- VARGAS, Jonas Moreira. A utilização de novas fontes documentais para o estudo das eleições e das facções políticas no Brasil Imperial. In: ROCHA, Márcia Medeiros da (org.). Anais da IV Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, 2006.
- _____. Entre a paróquia e a Corte: uma análise da elite política no Rio Grande do Sul (1868-1889). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG em História da UFRGS, 2007.